

AS INCUBADORAS DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO CONTEXTO DO PROGRAMA BAHIA SOLIDÁRIA

Políticas Públicas

Ludmila Meira: Governo da Bahia (meiraludmila@gmail.com)

Tatiana Reis: Governo da Bahia (tatiana.reis@uol.com.br)

Carine Santos de Jesus: Governo da Bahia (cariny.santos@gmail.com)

Resumo

As políticas públicas em economia solidária representam um fenômeno recente no Brasil. Este artigo, elaborado por técnicos da Incubadora Estadual de Empreendimentos Econômicos Solidários da Bahia, tem como objetivo geral descrever os resultados parciais do Projeto Estadual de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários implementado no âmbito do Programa Bahia Solidária do Governo do Estado da Bahia. Para tanto, foi necessário resgatar o histórico das políticas públicas em economia solidária no Brasil e na Bahia, sistematizar o histórico da implantação do Projeto de Incubadoras do Programa Bahia Solidária e por fim, sistematizar os resultados parciais desta ação.

Palavras-chave: políticas públicas, economia solidária, incubadora

1. Introdução

As políticas públicas em economia solidária representam um fenômeno recente no Brasil. Este artigo elaborado por técnicos da Incubadora Estadual de Empreendimentos Econômicos Solidários da Bahia tem como objetivo geral descrever os resultados parciais do Programa Bahia Solidária do Governo do Estado da Bahia como uma articulação de políticas públicas. Para tanto, foi necessário: a) resgatar o histórico das políticas públicas em economia solidária no Brasil e na Bahia c) sistematizar o histórico da implantação do Projeto de Incubadoras do Programa Bahia Solidária e por fim, d) sistematizar os resultados parciais desta ação.

A metodologia utilizada na construção deste artigo, segundo critérios propostos por Vergara (2004) foi descritiva, quanto aos fins e documental, bibliográfica e participante em relação aos meios. Buscamos descrever a concepção, implantação e resultados parciais de uma política pública. Para alcançar esta finalidade, analisamos documentos internos da Superintendência de Economia Solidária (SESOL) da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE): como o projeto da Incubadora, atas de reunião e relatórios. Foram consultados também artigos sobre políticas públicas em economia solidária e Incubadoras de empreendimentos econômicos solidários. Como o artigo foi elaborado por técnicos responsáveis pela implantação da ação, ela é considerada participante, apresentando uma tênue fronteira entre pesquisador/pesquisado.

2. Políticas Públicas em Economia Solidária no Brasil

Praxedes (2009) aponta o pioneirismo na implantação de políticas estaduais de apoio à economia solidária ao Governo do estado do Rio Grande do Sul. Ainda segundo a autora, as primeiras experiências de ações governamentais, no Brasil, foram realizadas pelos municípios de Porto Alegre – RS, Belém – PA, Santo André – SP e, posteriormente, Recife – PE e São Paulo – SP. Ela ressalta que o governo brasileiro, ao implantar a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego destaca-se em âmbito mundial, pelo ineditismo desta abrangência no que diz respeito a política pública de economia solidária em nível federal.

Paul Singer (2004), Secretário Nacional de Economia Solidária, no Boletim Mercado de Trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) resgata a origem da política pública federal de economia solidária. Segundo o autor, a criação da SENAES veio atender uma reivindicação da sociedade civil:

Com a eleição de Lula à presidência, entidades e empreendimentos do campo da economia solidária resolveram solicitar ao futuro mandatário a criação de uma secretaria nacional de economia solidária no MTE. Explica-se a opção pelo MTE pelos estreitos laços políticos e ideológicos que ligam a economia solidária ao movimento operário. A demanda dos movimentos foi bem acolhida pelo então ministro Jacques Wagner, que muito contribuiu para que a SENAES pudesse se instalar e entrosar com as outras secretarias que compõem o MTE. (SINGER, 2004: p.2)

Reis (2005) corrobora desta gênese da SENAES, quando, ao descrever o histórico da economia solidária no Brasil lembra que Lula anunciou a criação da nova Secretaria na II Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada durante o Fórum Social Mundial de 2003.

Percebe-se no campo da política pública de economia solidária uma articulação entre Estado e sociedade. A própria do movimento da economia solidária passou a institucionalizar-se na busca de ampliar suas atuações no espaço público, além de captar o apoio da esfera governamental. Reis (2005) traça este histórico pontuando a criação do GT Brasileiro de Economia Solidáriaⁱ, que entregou uma carta de intenções ao governo Lula e Ainda em 2003 criaram o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)ⁱⁱ, com a função de articular e mobilizar as bases da economia solidária do País em torno de uma Carta de Princípios e de uma Plataforma de Luta aprovadas nesta ocasião, e fazer a interlocução com o governo, especialmente junto à Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES). Neste mesmo ano, é criado o Fórum de Economia Solidária da Bahia.

Um outro ator importante no contexto das políticas públicas voltadas à economia solidária é a Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária, da qual integram

gestores das esferas municipal, estadual e federal. Sua criação, como descreve Nischimura (2009) foi feita a partir do debate entre gestores públicos durante o seminário Nacional Sobre a Sustentabilidade da Economia Solidária no Brasil realizado em São Paulo em 2002 e do Encontro Nacional de Administração Pública e Política de Economia Popular e Solidária realizada em Porto Alegre em 2003. Segundo a autora, o objetivo da rede é:

contribuir para legitimar e consolidar políticas públicas de Economia Solidária para além de iniciativas de governos; fortalecer a interlocução entre os diferentes órgãos das três esferas de governo, compartilhando estratégias de integração, programas e instrumentos que possam ser multiplicados no âmbito municipal e ampliados por políticas públicas estaduais e nacionais; ampliar a articulação com outros atores da Economia Solidária; contribuir para a consolidação de políticas públicas efetivamente emancipatórias e que fortaleçam a organização social, entre outros (NISCHIMURA, 2009, p. 92-93)

Podemos perceber, a partir dos objetivos da Rede de Gestores que a dimensão política tem uma grande importância para esta organização social, diríamos ainda que esta dimensão é valorizada também como apoio aos Empreendimentos de Economia Solidária quando se destaca o caráter emancipatório das ações que serão buscadas pela Rede.

Praxedes (2009), participante da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária e Coordenadora do Programa Osasco Solidária, ao analisar as Políticas Públicas de Economia Solidária, aponta os avanços obtidos pelo Governo da Bahia ao direcionar recursos do Fundo de Combate à Pobreza (apesar do Fundo não ser exclusivamente voltado ao apoio a economia solidária). Faz-se necessário, antes de descrever o Programa Bahia Solidária, resgatar o histórico das políticas públicas de economia solidária no Governo do Estado da Bahia.

No âmbito estadual, foi criada, em 2007, a Superintendência de Economia Solidária (SESOL) vinculada a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) do Governo da Bahia. Sua criação parte de uma manifestação encaminhada através de uma carta do Fórum Baiano de Economia Solidária ao então Governador eleito, que reivindicava a criação de uma esfera institucionalizada no Estado para assumir a responsabilidade de implementar uma política estadual de apoio e fomento a economia solidária na Bahia.

A criação da SESOL representa mais uma frente de luta pela economia solidária, que tem por princípio a construção democrática das suas estratégias e ações. Em consonância com a sua missão de construir e implementar as políticas públicas de Economia Solidária na Bahia, foi criado o “Programa Bahia Solidária: Mais Trabalho e Renda” com o objetivo de promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho, renda, inclusão social, e promoção do desenvolvimento justo e

solidário. Os recursos destinados para o programa no exercício do Plano Plurianual 2008/2011 foram orçados na ordem de R\$ 157,6 milhões, um valor expressivo levando em conta o que vem sendo direcionado a políticas de apoio e fomento a economia solidária, seja no âmbito nacional, estadual ou municipal.

Vale ressaltar que a SESOL, no ano de 2007 (quando da sua criação), contava com um baixo orçamentoⁱⁱⁱ, o qual girava na ordem de R\$ 167 mil, fato que dificultou a execução das atividades propostas para aquele ano. Nesse sentido, 2007 foi um ano pré-operacional e de estruturação da Superintendência, e funcionou para a contratação dos técnicos, planejamento das ações para o PPA 2008-2011, articulação de parcerias, captação de recursos e realizações de ações diretas com a equipe de trabalho, como por exemplo, a realização de oficinas de sensibilização em economia solidária e elaboração de projetos e o apoio a eventos de economia solidária como a Feira Baiana de Economia Solidária.

O Programa Bahia Solidária previu ações de fomento, formação, divulgação e crédito produtivo aos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária da Bahia, promovendo ações e instrumentos para a organização e sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários. Ao lado disto, também foram realizados trabalhos no sentido da implementação de um Marco Jurídico específico para a economia solidária, através da elaboração do Projeto de Lei que para criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e o Conselho Estadual de Economia Solidária, submetido a consulta pública.

Dentre as ações do Programa, destacamos o principal projeto de formação: o Projeto estadual de apoio a incubação de empreendimentos solidários, apresentado a seguir.

3. O projeto estadual de incubadoras de EES

3.1 A formulação: justificativas e antecedentes

Apesar de ser um campo relativamente recente, algumas dificuldades recorrentes dos empreendimentos solidários têm sido levantadas, especialmente quanto à questão da sustentabilidade, que, no âmbito dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) se coloca de forma distinta das organizações empresariais. Por não terem como finalidade única o alcance de resultados financeiros (também relevantes), incorporam outras variáveis e objetivos no âmbito de sua atuação, inclusive aqueles desconsiderados pelas empresas, estabelecendo um fator de considerável ampliação da complexidade em termos de sua sustentabilidade – que passa a ser não somente econômica, como também social, política e de

operacionalização de processos e técnicas de gestão que sejam convergentes com seus princípios de atuação (REIS, 2005).

Ainda que os empreendimentos econômicos solidários apresentem um grande potencial emancipador, alguns problemas estão presentes no cotidiano de muitos grupos. Como apontado no mapeamento realizado pela SENAES, por exemplo, foi identificado que 61% dos EES afirmam ter dificuldades de comercialização, 49% ter problemas com relação ao acesso ao crédito e 27% não ter qualquer apoio ou assessoria (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2006). É este contexto que justifica a necessidade de uma política pública emancipatória de formação, como a ação de incubação.

A idéia de um projeto estadual de apoio a incubação de empreendimentos econômicos solidários partiu da constatação, apontada por diversos autores da área, de que para o alcance da sustentabilidade em iniciativas da economia solidária, é fundamental uma ação convergente e complementar de múltiplos atores e iniciativas do campo político, econômico e tecnológico, tais como universidades, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil (KRAYCHETE, 2000; SINGER, 2002b; CORAGGIO, 2003; 2004 *apud* REIS, 2005). Diversos estudos e relatos têm apontado como relevante para a sustentabilidade de EES a disponibilidade de serviços de incubação e/ou assessoria de Entidades de Apoio e Fomento – EAFs.

Neste sentido, o Projeto Estadual de Incubadoras de Empreendimentos de Economia Solidária, visou estimular a economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, por meio da criação e fortalecimento de incubadoras que atuem na mobilização e formação/qualificação dos trabalhadores/as sob o eixo da economia popular e solidária e desenvolver metodologias de incubação que tenham efetividade principalmente na promoção dos aspectos econômicos, políticos e sociais de sustentabilidade dos EES no estado.

Segundo Oliveira (*apud* OLIVEIRA; DAGNINO, 2004: p.2) Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares é: “Um empreendimento que dispõe de uma equipe técnica para fornecer apoio, durante um determinado período de tempo, visando contribuir para o processo de aprendizagem de pessoas e grupos dispostos a montar e gerir uma cooperativa de forma sustentada, sem relação de dependência”.

A concepção inicial do projeto convergiu com uma nova estratégia de incubação que começou a ser disponibilizada aos empreendimentos, as incubadoras públicas desenvolvidas por meio de Prefeituras Municipais. Este formato, de Incubadora Pública, já está sendo

VII Encontro Internacional de Economia Solidária

finanças solidárias e desenvolvimento territorial

24, 25 e 26 de novembro de 2011

cidade universitária . são paulo . sp



praticado em municípios de outros estados da Federação, como Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

Considerando o caráter pioneiro e inovador da proposta no âmbito de uma política pública estadual, optou-se pela formação do que se convencionou chamar de Comitê Propositivo para construção democrática do projeto, contando com representações da SESOL/SETRE, Rede de ITCPs, Fundação Banco do Brasil, Rede UNITRABALHO, Fórum Metropolitano de Cooperativas. Tal comitê se reuniu a convite da SETRE/SESOL por diversas vezes para discutir elementos conceituais, metodológicos e operacionais do Projeto. Denota-se a importância da articulação entre diversos atores, neste caso para troca de saberes e formatação de uma política pública.

Diante deste novo cenário, a equipe técnica realizou pesquisas, participou de seminários (a exemplo do Seminário Tecnologia Social, Incubação de Empreendimentos Solidários e Políticas Públicas realizado pela FASE, em 2007 no Rio de Janeiro), e realizou visitas técnicas para conhecer sobre políticas públicas de economia solidária, concretizadas através de Incubadoras e Centros Públicos, tendo em vista o seu caráter inovador e pioneiro em âmbito estadual.

Destacamos, neste ponto, a realização de visitas técnicas de campo, em dezembro/2007, com o objetivo de conhecer duas experiências que vêm se tornando referência nacional em termos de Política Pública de Economia Solidária – Osasco e Londrina. Em Osasco estão em funcionamento duas estruturas públicas de apoio e fomento a economia solidária: o Centro Público de Economia Solidária e a Incubadora Pública de Economia Solidária, ações estas desenvolvidas no âmbito da Secretária de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão. Já em Londrina, o destaque em termos de apoio e fomento aos empreendimentos solidários é o Centro Público de Economia Solidária, um projeto que envolve diversas secretarias municipais. Uma outra iniciativa pesquisada foi a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCPs) da Universidade Federal de Pernambuco (URFPE), que implantou incubadoras públicas em 3 municípios da região metropolitana de Recife (Recife, Olinda e Paulista).

Foi feito também o levantamento de políticas públicas co-relatas e articulação com outras secretarias, tais como a Secretaria da Agricultura (SEAGRI), Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e Secretaria de Indústria e Comércio (SICM). Paralelamente, a equipe também buscou realizar o levantamento de municípios onde existissem máquinas e equipamentos já adquiridos pelo estado, que poderiam ser reativados através do programa.

Os estudos e pesquisas realizados, bem como as discussões do Comitê Propositivo, aliados a experiência prática da equipe técnica, convergiram para a construção do Projeto. Em seguida, a SETRE/SESOL passou trabalhar nas estratégias de implantação do ponto de vista formal/institucional. Neste momento, foi necessária a realização de alguns ajustes na proposta inicial, tendo em vista direcionamentos estratégicos da SETRE e os limites do ponto de vista jurídico. A partir de então, ficaram definidas quatro modalidades para o ano de 2008, incubadoras universitárias, temáticas, territoriais e a Incubadora estadual da Bahia.

Para melhor compreensão, segue uma breve conceituação de cada modalidade (FAPESB, 2008, p. 22):

Incubadora Universitária de EES é uma organização pertencente à Instituição de ensino superior e pesquisa ou centros tecnológicos, públicos ou privados, formada por equipes multidisciplinares, compostas por professores, funcionários, alunos de graduação e de pós-graduação que valoriza a interação do meio acadêmico com a comunidade em atividades de economia solidária e que visam efetivas soluções de transformação social.

Incubadora Temática de EES é uma organização dedicada à incubação de empreendimentos de economia solidária que atuem em um segmento produtivo específico, fomentando a sua articulação em cadeias produtivas locais ou redes de produção, de comercialização e de consumo. No caso do edital 007/2008 foi incentivado o segmento de pesca artesanal. Já na parceria com o Instituto Mauá, o segmento artesanal foi o apoiado.

Incubadora Territorial de EES é a organização dedicada à incubação de empreendimentos econômicos solidários de um determinado território, que visa aproximar a vocação e estratégia territorial com o objetivo de desenvolver a cadeia produtiva característica da região beneficiária e estimular a formação de redes.

Incubadora Estadual: instituição dedicada a difusão de tecnologias de incubação e apoio e articulação de EES em redes.

3.2 A implantação: estratégias e resultados parciais

As estratégias de implantação, assim como as modalidades, foram bastante diversificadas. A idéia da modalidade de Incubadora Pública em articulação com as prefeituras, a exemplo do que foi feito em Osasco e Londrina, no entanto, precisou ser postergada em virtude do fato de 2008 ser ano de eleição municipal, o que dificulta a articulação, conveniamento e repasse de recursos.

a) A Incubadora Estadual

Tal incubadora está localizada no município de Salvador, mas assume uma abrangência de atuação em todo o estado da Bahia. A operacionalização desta incubadora é feita através de execução direta pelo estado e para tanto foram contratados, através de processo seletivo, servidores em regime especial da administração pública (REDA). Esta equipe é formada por profissionais de contabilidade, administração, publicidade e psicologia, além de um agente de desenvolvimento de nível médio. Esta incubadora assumiu

prioritariamente dois focos de atuação: a implantação, acompanhamento e monitoramento das ações das incubadoras implementadas, sejam elas universitárias, temáticas ou territoriais; e a incubação de um projeto piloto da rede de alimentação em Salvador.

A atuação da equipe dentro do primeiro foco de atuação incluiu: a articulação com entidades parceiras, a exemplo da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e Instituto Mauá; a divulgação do edital 007/2008 da FAPESB, que direcionou recursos para entidades executoras das outras modalidades. Neste contexto a equipe da Incubadora Estadual realizou visitas técnicas às 19 comunidades atendidas pelas Incubadoras Universitárias, Temáticas e Territoriais.

Já com relação ao segundo foco, a Incubadora Estadual atua com o fomento e incubação para constituição e funcionamento da rede de alimentação em Salvador. A articulação de redes representa uma estratégia de integração entre empreendimentos econômicos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares em um movimento de realimentação e crescimento conjunto sustentável (MANCE, 2003).

No âmbito da Incubadora Estadual da Bahia de Empreendimentos Econômicos Solidários (ação orçamentária 1172), o primeiro apoio a rede foi realizado através da incubação da rede de alimentação SABER E SABOR SOLIDÁRIO. Desde 2007, a equipe da SESOL reuniu-se com diversos EES e assessorias para pensar o apoio á rede alimentação.

Em resumo, as atividades já realizadas pela Incubadora Estadual de Empreendimentos Econômicos Solidários foram: reunião com os grupos selecionados para planejamento das ações, articulação de uma visita da Agência de Vigilância Sanitária ao espaço de comercialização (cantina SETRE), articulação com o SENAC para ministrar Curso de Boas Práticas e Manipulação de Alimentos (em abril 2009), oficina de formação de preço com instrutor contábil da Incubadora Estadual (maio de 2009), oficina de microcrédito-produtivo orientado com agentes do CREDIBAHIA (junho de 2009), oficina de planejamento (julho 2009), início das comercialização (julho 2009), oficina de Formação de Preço e Publicidade com instrutor contábil da Incubadora Estadual e publicitária da Coordenação de Formação e Divulgação da SESOL (agosto de 2009), troca de saberes e sabores solidários com o movimento 11 de dezembro, grupo incubado pela INCUBA da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (agosto de 2009).

b) Incubadoras universitárias e temáticas/territoriais;

As Incubadoras universitárias e temáticas/territoriais foram implantadas a partir de estratégia de execução indireta. Foram realizadas articulações com outros parceiros.

O formato assumido pelas Incubadoras de Empreendimentos de Economia Solidária foi moldado de acordo com as especificidades do *locus* de implementação. Neste sentido, diversos formatos foram possíveis, tendo em conta a participação do tripé Estado, Sociedade Civil e Universidades. Portanto, para execução contamos com instituições públicas ou privadas de pesquisa e ensino superior, centros tecnológicos e entidades da sociedade civil sem fins lucrativos com notório conhecimento em economia solidária, desde que estivessem em consonância com as diretrizes do Projeto Estadual de Incubadoras.

Em 2008 duas parcerias foram oficializadas por meio de dois convênios, um com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTI) e outro com o Instituto de Artesanato Visconde de Mauá. A parceria estabelecida com a FAPESB/SECTI adveio do fato de que a atividade de incubação em sua gênese implica no desenvolvimento e difusão de tecnologias sociais e a FAPESB ser uma fundação que tem por missão “viabilizar ações de Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável da Bahia”. A parceria visou apoiar a geração de trabalho e renda em atividades de Economia Solidária por meio da implantação, apoio, fortalecimento e funcionamento de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e fomentar ações de melhoria da infra-estrutura e da gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários, o que foi ser operacionalizado através da seleção de propostas por meio de edital.

Uma vez definida a estratégia, a SESOL passou a divulgar a incubadora e a previsão de lançamento dos editais. Foram realizadas apresentações em municípios de 14 Territórios de Identidade do Estado, tendo como público universidades e organizações da sociedade civil.

Em Setembro de 2008, foi lançado pela FAPESB (2008) um edital para seleção de propostas de incubadoras universitárias, territoriais e temáticas no segmento pesca no valor global de R\$ 4 milhões. O valor máximo por proposta submetida foi estipulado em R\$ 235 mil, com vigência de 24 meses. Os recursos foram destinados não apenas ao investimento na incubadora, mas também para os empreendimentos incubáveis. Este é um diferencial, por exemplo, com relação ao PRONINC, programa federal de fomento às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, que foca sua ação no apoio exclusivo às incubadoras universitárias de Instituições Públicas de Ensino Superior. Ao todo foram aprovadas em edital 08 projetos de Incubadoras Universitárias, envolvendo 08 bolsistas ITEC 1 e 16 bolsistas ITEC 3.

A realização do Projeto Estadual de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários possibilita a transferência de conhecimento a setores historicamente excluídos economicamente, em uma escala maior do que as universidades e entidades da sociedade civil tem feito, possibilitando a redução da pobreza através da formação e inserção produtiva em empreendimentos econômicos sustentáveis.

A proposta das incubadoras temáticas surgiu a partir de um trabalho realizado em parceria da SETRE/SESOL duas instituições do Estado durante o ano de 2007 - a Bahia Pesca, empresa vinculada à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia (Seagri) e o Instituto de Artesanato Visconde de Mauá, autarquia vinculada a SETRE. Nesta atuação conjunta, a SESOL atuava nos aspectos relativos a economia solidária e as outras instituições com a área técnica, *expertise* das referidas instituições. Com o Bahia Pesca, foi feita uma parceria para formação em economia solidária para pescadores e marisqueiras baianos. A avaliação das oficinas de formação em economia solidária, a despeito de uma carga horária limitada (aproximadamente 20 para cada comunidade, totalizando 14 comunidades atendidas), surtiram um efeito positivo no público, que manifestou o interesse na continuidade ao trabalho, assumindo um contorno de incubação.

A definição dos locais onde foram implementadas estas incubadoras no ano de 2008 levaram em conta considerações do Bahia Pesca e da sociedade civil, a exemplo da Rede MangueMar e das comunidades locais, priorizando as Reservas extrativistas (Resex).

Em relação ao segmento artesanal, foram realizadas em 2007 ações com a Comunidades quilombola de Dandá e os grupos de Fundo de Pasto de Oliveira dos Brejinhos, Canudos, Jaguarari e Senhor do Bonfim, atendendo a demanda da comunidade voltados para a formação em economia solidária, em parceria com o Instituto Mauá. Diante da necessidade de continuidade, foram operacionalizadas incubadoras temáticas no segmento artesanato.

As Incubadora Territoriais, por sua vez, assumem como foco a incubação de empreendimentos econômicos solidários de um determinado Território de Identidade, que visa aproximar a vocação e estratégia territorial com o objetivo de desenvolver a cadeia produtiva característica da região beneficiária e estimular a formação de redes.

Estas incubadoras são incentivadas a articularem-se aos Centros Públicos de Economia Solidária. Além de Salvador, nos município de Vitória da Conquista (Território de Vitória da Conquista) e de Feira de Santana (Território Portal do Sertão). Outros municípios que tiveram especial atenção foram os de Santo Antonio de Jesus, por conta problemática dos fogos de artifícios e de Senhor do Bonfim, uma grande referência em economia solidária na Bahia.

Ressalte-se que, apesar do destaque destes Territórios, as propostas vieram da Sociedade Civil Organizada, e poderiam ser contemplados outros Territórios de Identidade da Bahia.

d) As incubadoras voltadas às comunidades tradicionais de indígenas e quilombolas

A implementação desta modalidade foi feita através de ação articulada com o Instituto de Artesanato Visconde de Mauá, instituição vinculada a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, e relaciona-se com a finalidade institucional do Instituto de Artesanato Visconde de Mauá, de “executar a política de preservação, fomento, promoção e comercialização do artesanato baiano”. Sua área de atuação envolve o fomento à produção, através da organização e fortalecimento dos núcleos de produção, associações e cooperativas, promovendo um estímulo a qualificação dos artesãos, apoio e incentivo a divulgação do artesanato baiano por meio da promoção e comercialização de produtos, sem perder de vista o resgate e preservação das raízes culturais do artesanato. Foram investidos com o Instituto MAUÁ o montante de R\$ 760 mil para investimento nas incubadoras temáticas e nos empreendimentos em processo de incubação.

No final de dezembro de 2008, foram contratadas 02 entidades para executarem 03 projetos: Kiriris, A Arte “Tuxá-Mãe” e Quilombos e Práticas Solidárias: Força dos Quilombos Dandá e Palmares. O relato dos resultados parciais aqui descritos foram fruto de visitas técnicas às comunidades beneficiárias dos projetos.

4. Considerações Finais

A economia solidária representa uma gama de iniciativas autogestionárias compostas por trabalhadores que encontram no modelo produtivo coletivo e solidário uma forma de produção não apenas voltada para atender às necessidades econômicas, mas também envolvendo questões como sociabilização, participação, cidadania, meio ambiente, etc.

É de fundamental importância para a sustentabilidade de tais práticas solidárias a integração de diversos atores da esfera pública (municipal, estadual e federal) e da sociedade civil organizada. No caso em análise, percebe-se ainda a articulação entre órgãos da mesma esfera, garantindo a viabilidade da execução.

Um dos desafios é transformar ações desenvolvidas pelos governos em políticas de Estado, garantido uma atenção permanente à setores excluídos historicamente, e que tais políticas transforme-se em políticas de Estado.

A importância do Projeto Incubadoras de Empreendimentos de Economia Solidária na Bahia dá-se por se tratar de uma ação de formação emancipatória. Além do destaque da

inovação no que diz respeito a uma política construída de forma dialogada com os principais atores do movimento de incubação de EES, incluindo as instituições de ensino privadas e organizações não-governamentais, além da possibilidade de repasse de recurso para os EES incubáveis.

5. Referências Bibliográficas

BOCAYUVA, Pedro; VARANDA, Ana Paula (orgs.). **Tecnologia Social, Economia Solidária e Políticas Públicas**. FASE:IPPUR, UFRJ. 1.ed., Rio de Janeiro, 2009

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA. **Edital 007/2008 - Apoio a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários**. Acesso em: agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.fapesb.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/08/Edital-Fapesb-Setre-007-2008.pdf>>

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Relatório da IV Plenária Nacional De Economia Solidária/** 2008. Acesso em: agosto de 2011. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1404&Itemid=149>

MANCE, Euclides. **Economia do trabalho**. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 35-45

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

MOURA, Suzana; MEIRA, Ludmila. **Desafios da gestão em empreendimentos solidários**. Bahia Análise & Dados, Salvador, SEI, v.12, n.1, p. 77-85, jun. 2002.

NISCHIMURA, Sandra Regina. **Economia Solidária, tecnologias sociais e políticas públicas**. In.: BOCAYUVA, Pedro; VARANDA, Ana Paula (orgs.). *Tecnologia Social, Economia Solidária e Políticas Públicas*. FASE:IPPUR, UFRJ. 1.ed., Rio de Janeiro, 2009, p. 92-110.

OLIVA, H.; REIS, T.; MEIRA, L. Economia Solidária no Governo da Bahia. **Boletim mercado de trabalho**. P. 49-55. Ipea. Maio. 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt39/07_ES2Helbeth_Tatiana_Ludmila.pdf

OLIVEIRA, Luiz José Rodrigues de; DAGNINO, Renato Peixoto. As Fragilidades das Incubadoras Universitárias de Cooperativas no Brasil. In: *Jornada Latinoamericana de Ciência Tecnológica e Sociedade – ECOSITE*, V, 2004, Toluca-México, **Anais...**, Toluca, 2004.

PRAXEDES, Sandra. Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. **Boletim mercado de trabalho**. P. 57-62. Ipea. Maio. 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt39/08_ES3Sandra.pdf.

REIS, T.; MARTINS, E.; Meira, L. OLIVA, H.; OLIVEIRA, K. MATOS, L. **O Centro Público e as incubadoras de empreendimentos econômicos solidários no âmbito do programa Bahia Solidária**. In.: BOCAYUVA, Pedro; VARANDA, Ana Paula (orgs.). *Tecnologia Social, Economia Solidária e Políticas Públicas*. FASE:IPPUR, UFRJ. 1.ed., Rio de Janeiro, 2009, p. 13-40.

REIS, Tatiana. **A Sustentabilidade em Empreendimentos da Economia Solidária: Pluralidade E Interconexão de Dimensões** 201f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA / MTE . In: I Conferência Nacional de Economia Solidária. **Anais...** Brasília: MTE-MDA-MDS, 2006. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_anais.pdf

SINGER, P. A Economia Solidária No Governo Federal. Revista (p3 a 5) SINGER, Paul. A Economia solidária no governo federal. **Boletim de Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, Brasília, n.24, ago. 2004.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

VII Encontro Internacional de Economia Solidária

finanças solidárias e desenvolvimento territorial

24, 25 e 26 de novembro de 2011

cidade universitária . são paulo . sp



SOUZA, Gleide; VASCONCELOS, Nilton. Desafio e Sobrevivência das Cooperativas Populares: Estudo de caso de quatro empreendimentos em Salvador. **Revista ETC**, n. 2. Salvador: CEFET, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 5 edição. São Paulo: Atlas, 2004.

Notas

ⁱ Deste grupo de trabalho participaram 12 entidades e redes nacionais de fomento: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/Concrab); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABRICRED).

ⁱⁱ Para mais informações sobre o Fórum Brasileiro de Economia Solidaria, consultar o *site* <www.fbes.org.br>.

ⁱⁱⁱ No ano de 2007, vigorava o PPA 2004-2007, no qual não estavam previstos recursos para fomento e apoio a economia solidária.